

te, encaminhando ao Órgão Central de Política Criminal e Penitenciária mencionado Relatório contendo os quesitos que se seguem: "I- Composição do Conselho - indicação da origem profissional ou da comunidade representada; II- Nº de Pareceres sobre o livramento condicional: .... deferidos: .... indeferidos: .... em diligência: .... III- Nº de Pareceres sobre indulto: .... deferidos: .... indeferidos: .... em diligência: .... IV- Nº de Pareceres sobre comutação da pena: .... deferidos: .... em diligência: .... em diligência: .... V- Serviços de Assistência ao Egresso: .... Nº: .... tipo de serviço: .... nº de egressos atendidos: .... VI- Inspeções realizadas em estabelecimentos penais: .... Nº: .... tipo de estabelecimento: .... sexo: .... segurança: .... regime: .... capacidade: .... lotação: .... VII- Supervisão dos Patronatos - nº de patronatos: .... inspeções realizadas: .... nº de egressos atendidos: .... VIII - Fiscalização dos Conselhos de Comunidade - nº de conselhos de comunidade: .... inspeções realizadas: .... nº de presos atendidos: .... IX- Nº de cerimônias de livramento condicional realizadas: .... X- Total de pedidos formulados ao Conselho: .... Deferimentos: .... Indeferimentos: .... Diligências: .... Com relação às inspeções em estabelecimentos penais, devem os Conselhos Esta-duais ao elaborar os relatórios obedecer as normas constantes do documento da Divi-são de Inspeção Penitenciária da Subsecretaria de Justiça. Além dos dados obrigató-rios, os Conselhos Estaduais, sempre que entenderem conveniente poderão formular su- gestões relativas a política criminal e penitenciária e a reformulação da legislação penal, processual penal e de execução penal." Decisão-CNPCC: pela aprovação unânime e encaminhamento de cópia aos Conselhos Penitenciários Estaduais e ainda posterior im-pressão do modelo ora aprovado. 2º) Ofício nº 290/89 - da Secretaria de Justiça do Es-tado de Mato Grosso com os Anexos I e II - Assunto: Rebelião na Cadeia Pública de Ca-rumbé/MT - Votos respectivos: "a) Apense-se ao Relatório da visita de inspeção a Ma-to Grosso e, tendo em vista as providências já adotadas, sugerimos o arquivamento; b) Oficie-se ao Secretário de Justiça de Mato Grosso, dando-se ciência da informação da SEJUSP; c) encaminhe-se o pedido à Polícia Federal para as providências cabíveis" - Decisão-CNPCC: pela aprovação unânime e adoção de providências constantes dos respec-tivos votos. e) Conselho EDUARDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA - 1º) Processo-MT-Nº 005.445-89-84 - Assunto: Sugestão no sentido de se construir penitenciárias que pos-sibilitem a realização de trabalho agrícola para os sentenciados. VOTO: "Muito se tem falado, nos últimos tempos, na viabilidade opcional de prisões agrícolas, como um dos meios mais apropriados a tão almejada política de adequada assistência ao preso e à sua família. Aliás, desde o início do século, ENRICO FERRI, honrado discípulo de CESA-RE LOMBROSO, manifestou, em vários de seus estudos publicados na Itália, a viabilidade de das colônias agrícolas diante da indispensável tarefa de se impedir a ação crimi-nôgena, cada vez maior, do cárcere. Convém assinalar que, no Brasil, somente a par-tir da Reforma Penal de 1984, as prisões agrícolas mereceram destaque em nossa legis-lação, pois, pelo art. 88 do Código Penal de 1940, esse regime só era destinado ao cumprimento das medidas de segurança detentivas. É evidente que esse estreito objeti-vo não poderia corresponder aos anseios de desafogar as prisões, deixando-as para os mais perigosos, por isso, vieram em boa hora a Nova Parte Geral do Código Penal (art. 33 § 1º, b) e a nova Lei de Execução Penal (art. 91), que passaram a disciplinar, co-mo regime semi-aberto, a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabe-lecimento similar. A nossa impressão é de que, mesmo com a abertura da lei atual, o tema "colônia agrícola", em termos práticos, ainda não foi objeto no Brasil de confian-ça vel importância como terapêutica penal. É bem verdade que algumas unidades da Federa-ção começam a mostrar cifras da rentabilidade de suas prisões agrícolas, como, por exemplo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Pernambuco, Pará e Amapá. Mas, em mu-i-tos Estados, não vemos uma infra-estrutura, uma consciência penitenciária relaciona-da à pedagogia das colônias agrícolas. Andando por esse Brasil a fora, constata-se que os presos, em grande maioria, continuam sem uma variedade de trabalho, limitados ao artesanato, ao confinamento promiscuo. O nosso propósito nesse Parecer não visa, em absoluto, condenar a prisão de segurança máxima como resposta penal básica ao delito. O que se coloca em pauta é a sua construção aos casos de reconhecida necessidade, co-mo bandeira de defesa social, quando outras alternativas, como a colônia agrícola, a-presentam vantagens de promover a reinserção social e moral do homem, preparando-o pa-ra o futuro livre. Não se trata também aqui de querer copiar modelos, porém pergun-ta-se: o tipo de penitenciária agrícola num sistema cooperativo, semelhante ao kibbutz existente em Israel, não seria uma válida experiência nas zonas rurais do Brasil? Ter-ra é que não falta para esse fim, haja vista os 8 milhões de quilômetros quadrados com imensas áreas despovoadas. Atente-se, ademais, para o fato de que a localização de estabelecimentos penais nos centros urbanos tem sido combatida pelos notórios inconve-nientes. Em decorrência, a implantação de colônias rurais, ainda que às proximidades das grandes cidades, torna-se de benéfica conveniência para, em observância às pecu-liaridades de cada região, facilitar a inserção do egresso no mercado de trabalho li-vre. Quantas e quantas vezes a falta de uma penitenciária agrícola propicia um grau de sofrimento para os presos originários do interior, os quais são obrigados a fazer coisas que não têm o hábito de fazer, suportando ainda a carga de verem suas famílias, em condições mais desumanas possíveis, viverem nos arredores dos perímetros urbanos. Poderíamos aproveitar a força da nova Constituição Federal, no que diz respeito à de-sapropriação de terras por interesse social, para estimularmos e apoiarmos empreendi-mentos dos governos estaduais que se engajem no processo de interiorização das pri-sões, investindo na qualificação do homem preso, propiciando-lhe aprendizagem e apri-moramento com apropriada instrução pedagógica das modernas escolas agro-técnicas. Di-ante do exposto, compartilhamos do pensamento do Senhor MOZART MOREIRA, no sentido de que a implantação ordenada de penitenciárias agrícolas, por todo o país, daria ao nos-so sistema de execuções penais dimensões mais humanistas. Então, reafirmamos que o Governo brasileiro deve voltar suas atenções para a institucionalização dessas pri-sões, fornecendo-lhes o básico, o indispensável, para que elas sejam realmente colo-nias agrícolas dentro de uma compreensão de justiça penal especializada, compatibil-izando a laborterapia com a preservação dos direitos e garantias do preso. Por fim, so-llicitamos ao Senhor Presidente deste Conselho seja dada ciência deste Parecer ao in-teressado, Sr. MOZART MOREIRA, autor da missiva que propiciou essas nossas modestas reflexões". Decisões-CNPCC: a) pela aprovação unânime do Relatório e voto; b) desig-nação do Relator e dos Conselheiros ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO para sugerirem ao Conselho um anteprojeto que enfoque a Penitenciária Agrícola; c) Indicação da Subsecretaria de Justiça-SEJUSP, para colaborar com a Comis-são no sentido de propiciar-lhe o levantamento e o encaminhamento de projetos arqui-tetônicos pertinentes, existentes na SEJUSP. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por um Secretária.

RENÉ ARIEL DOTTI  
Presidente-CNPCC

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária Executiva

(Of. nº 1.273/89)

## Ministério da Fazenda

### SECRETARIA GERAL

#### Ato do Chefe do Gabinete

PORTARIA Nº 157, DE 05 DE JULHO DE 1989

Autoriza a Secretaria do Patrimônio da União a formalizar a não aceitação da doação do terreno que menciona, situado no Município de Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro.

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, usando, nos termos do Decreto nº 84.045, de 2 de outubro de 1979, da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 324, de 5 de agosto de 1987, do Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, RE SOLVE:

Art. 1º - Fica a Secretaria do Patrimônio da União autorizada a promover os atos necessários para formalizar a não aceitação da doação que, nos termos da Escritura Pública de Doação, lavrada em 2 de março de 1959, às fls. 96/96v, do Livro nº 18, do Cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca de Bom Jesus de Itabapoana, o Sr. ODILON DINIZ e sua mulher Dona ROSA SOARES DINIZ fizeram à União Federal, do ter-reño, com a área de 253.500,00m² (duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos metros quadrados), situado no 1º Distrito do Município de Bom Jesus de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, de acordo com os e-lementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o nº 10768-025.994/87-38, de 1987.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua pu-blicação, revogadas as disposições em contrário.

(Of. nº 46/89)

GERARDO CÉSAR MACHADO LEAL

### COMISSÃO DE POLÍTICA ADUANEIRA

RESOLUÇÃO Nº 02-1644, DE 30 DE JUNHO DE 1989

A COMISSÃO DE POLÍTICA ADUANEIRA (CPA), com fundamento nos artigos 22, alínea "b", e 3º, alínea "a", da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 (este último alterado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.162, de 19 de setembro de 1984), combinados com o artigo 3º do Decreto-lei nº 730, de 05 de agosto de 1969, e com o artigo 8º do De-creto-lei nº 2.434, de 19 de maio de 1988, tendo em vista o que consta no Processo MF nº 10768-14077/89 e considerando ter o nível tarifá-rio do produto objeto desta Resolução se revelado excessivo ao adequa-do cumprimento dos objetivos da Tarifa Aduaneira do Brasil, RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada, de 10% (dez por cento) para ze-ro, a alíquota "ad valorem" do imposto de importação incidente sobre o seguinte produto:

CÓDIGO DA TAB

MERCADORIA

1502.00.0302 Sebos de animais da espécie bovina, fundidos

Art. 2º - Na emissão de guia de importação com cláusula do tratamento tarifário desta Resolução a Carteira de Comércio Exte-rior (CACEX) do Banco do Brasil S.A. deverá considerar a oferta efeti-va do produto pelos países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União e terá vigência até 31 de dezembro de 1989, podendo ser revogada, a qualquer tempo, se assim o recomendar o interesse nacional.

HELOIZA CAMARGOS MOREIRA  
Secretária Executiva

Despacho em 04 de julho de 1989:

Homólogo a Resolução nº 02-1644, de 30 de junho de 1989, da Comissão de Política Aduaneira. HELOIZA CAMARGOS MOREIRA, Secretária Executiva. (Delegação de competência, Portaria nº 224, de 16 de abril de 1985, do Ministro da Fazenda).